

A. I. Nº - 089008.0901/13-8
AUTUADO - SUPERMERCADO CINCO ESTRELAS LTDA.
AUTUANTE - EDMUNDO SILVA
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 10/09/2014

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0189-03/14

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Autuado traz aos autos elementos que reduzem o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. 2. CRÉDITO FISCAL. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. UTILIZAÇÃO A MAIS. Contribuinte comprova não ter havido utilização indevida de crédito fiscal. Infração descaracterizada. Não acatada a preliminar de nulidade arguida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 26/09/2013, exige crédito tributário no valor de R\$18.282,92, em razão das seguintes irregularidades:

1. falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização, nos meses de abril, julho a outubro e dezembro de 2011 no valor de R\$745,27 acrescido da multa de 60%;
2. utilização a maior de crédito fiscal de ICMS referente a antecipação parcial, de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação nos meses de janeiro, fevereiro, abril a dezembro de 2011, no valor de R\$17.537,65 acrescido da multa de 60%;

O autuado impugna o lançamento fls.478/480. Registra a tempestividade da defesa. Afirma que na infração 01, falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, o auditor não verificou que as notas fiscais 7223 da Fobras Ltda., 1193 da Multigrãos Ltda. e 49989 da C V Alimentos Ltda., foram emitidas notas fiscais referentes a devolução, conforme planilha que anexa, assim sendo, a infração que era de R\$ 745,27 passa a ser R\$463,45.

A respeito da infração 02, utilização a maior de crédito fiscal de ICMS antecipação parcial, diz que o auditor não deixou clareza no demonstrativo que dá suporte a autuação e percebe que a cobrança do ICMS antecipação parcial não procede, uma vez que se trata de mercadorias sujeitas a substituição tributária, em que os fornecedores recolheram o imposto com o código 2175 (antecipação parcial), portanto utilizou o crédito, obedecendo ao descrito no RICMS/BA, e no momento em que foi efetuado o pagamento, automaticamente se transforma em crédito tributário, visto que, no que se refere aos valores devidos por substituição tributária, o contribuinte efetuou os devidos recolhimentos conforme anexo 01.

Salienta que uma vez observado o entendimento por ele exposto, resta ver se ainda há argumentos a corroborar a ausência de fundamentação da autuação impugnada. No caso da infração 2, afirma que demonstra o acerto em apontar a existência de irregularidades na autuação e a necessidade de sua desconstituição. Diz que as planilhas que elaborou provam que o ICMS já tinha sido recolhido, o que comprova com o DAE que anexa.

Conclui que, conforme foi por ele apurado, a dívida total que era de R\$18.282,92 passa a ser no valor de R\$463,45, que reconhece e apresenta em anexo, o comprovante de pagamento.

Pede a nulidade parcial da autuação, tendo em vista a presença de elementos que cercearam o seu amplo direito de defesa e se não for declarada a nulidade, que sejam reconhecidos os créditos que a empresa apurou na documentação que anexa.

O autuante prestou informação fiscal fl.665. Diz que na infração 01, o contribuinte apresenta as notas fiscais de nº 1513, 1545 e 1705 referentes a devolução das mercadorias. Assim, afirma que entende não caber a cobrança da antecipação parcial sobre essas notas. Dessa forma, diz concordar com o débito reconhecido pelo requerente que é de R\$ 463,45(demonstrativo fl.481).

Na infração 02, informa que o contribuinte se credita do ICMS referente a diversas notas fiscais que relacionam mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, principalmente referentes a produtos do abate de aves e frango, cujo documento de arrecadação registra erroneamente o código de receita 2175 (antecipação parcial).

Aduz que no mesmo período, o contribuinte faz o recolhimento tanto do ICMS substituição tributária, referente a estas notas fiscais, agora com o código de receita 1145 (antecipação tributária) conforme planilhas e DAES. Demonstra ainda, o recolhimento do ICMS referente a notas fiscais sujeitas a antecipação parcial conforme fls. 484/532. Conclui que não houve apropriação de crédito indevido.

Finaliza opinando que em virtude do exposto, o auto de infração em questão seja julgado por este Conselho, parcialmente procedente, com o débito de R\$ 463,45.

O autuado tomou ciência da informação fiscal fl. 667 e não se manifestou.

Consta às fls.670/671 relatório do SIGAT/SICRED com o recolhimento da parcela reconhecida pelo autuado.

VOTO

No presente lançamento está sendo exigido crédito tributário em decorrência de 02 (duas) infrações: (1). falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial referente a mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização; (2). utilização a mais de crédito fiscal referente a ICMS antecipação parcial.

Nas razões defensivas o autuado pede a nulidade parcial da autuação, alegando a presença de elementos que cercearam o seu amplo direito de defesa.

Após a análise dos termos constantes na peça defensiva, concluo pela rejeição da nulidade arguida pelo autuado, uma vez que: não houve falta de motivação, na medida em que foram indicados os fatos que ensejaram o ato e os preceitos jurídicos que autorizaram a sua prática; a descrição dos fatos, além de ter sido feitas de forma ampla nas próprias folhas do Auto de Infração, conforme pode ser verificado, indicou e detalhou os dados e cálculos nas planilhas que compõem o lançamento para cada infração, apontando especificamente as razões que o autuante chegou para determinar o descumprimento das obrigações tributárias apontadas.

Observe, portanto, que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais previstas, inexistindo irregularidades, não estando presentes nos autos qualquer dos motivos de nulidades elencados nos incisos I a IV do art. 18 do RPAF/99.

No mérito, a infração 01 trata da falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, nas aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização. O art. 12-A da lei nº 7.014/96, assim dispõe:

“Art. 12 – A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso II do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.”

O defendente reconheceu parcialmente o cometimento da infração. Contestou a cobrança do imposto referente às notas fiscais 7223 da Fobras Ltda., 1193 da Multigrãos Ltda. e 49989 da C V Alimentos Ltda., sob a alegação de que as mercadorias ali relacionadas foram devolvidas sendo emitidas as respectivas notas fiscais de devolução. Juntou provas.

O autuante na informação fiscal declarou que diante das provas apresentadas concorda com a alegação do autuado, considerando que o contribuinte apresentou as notas fiscais de nº 1513, 1545 e 1705 (fls.553/555) referentes a devolução das mercadorias. Concordou com o débito reconhecido pelo requerente afirmando remanescer em R\$ 463,45(demonstrativo fl.481).

Acolho a conclusão do autuante que foi baseada nas provas apresentadas pelo sujeito passivo e a infração 01 é parcialmente subsistente no montante de R\$463,45.

Na infração 02, o contribuinte foi acusado de ter se creditado a mais do ICMS antecipação parcial. Nas razões de defesa o autuado afirmou que a infração é improcedente, pois os valores que por ele foi creditado se referem a imposto que recolheu indevidamente como ICMS substituição tributária, por erro no código registrado no DAE, pois o mesmo se encontrava equivocado.

Na informação fiscal, o autuante esclareceu que embora tenha identificado diversas notas que relacionavam mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, quando da impugnação, o autuado comprovou ter realizado o recolhimento do ICMS por substituição tributária e também o ICMS antecipação parcial, considerando que houve equívoco no DAE, no que tange ao Código de Receita, 1145 – antecipação tributária, ao invés de 2175 – antecipação parcial. Concluiu que não houve apropriação de crédito indevido.

Analisando os documentos acostados pela defesa, constato que o autuante ao comparar o valor creditado a título de ICMS antecipação parcial no livro Registro de Apuração com os valores referentes a notas fiscais sobre as quais incidiam imposto dessa natureza, em levantamento que realizou, apurou um aproveitamento de crédito a mais, conforme demonstrativo fl.461.

Entretanto, nas razões de defesa, o autuado comprovou ter realizado recolhimento de antecipação parcial no montante escriturado em seu livro fiscal. Elaborou demonstrativo relacionando todos os recolhimentos a título de substituição tributária, como também as notas fiscais que consignavam mercadorias sujeitas a antecipação parcial, fls.484/495. Demonstrou dessa forma, recolhimentos do imposto referentes a notas fiscais desconsideradas no levantamento fiscal, devido a erro no código de receitas. Também colacionou aos autos, extrato do banco de dados da SEFAZ, fls.496/519, que relaciona todos os recolhimentos do ICMS antecipação parcial realizado pela empresa, referentes ao período fiscalizado. Concluo que a infração 02 está descaracterizada.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **089008.0901/13-8**, lavrado contra **SUPERMERCADO CINCO ESTRELAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar

o pagamento do imposto no valor de **R\$463,45**, acrescido da multa de 60% prevista no inciso II alínea “d”, do artigo 42 da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de agosto de 2014.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR